



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
ASSESSORIA CLIC

Objeto: Contratação de serviços contínuos de supervisores administrativos e engenheiros, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

Assunto: pedido de impugnação. Decisão.

1. Cuidam os autos do PE 90011/2026 para contratação de serviços contínuos de supervisores administrativos e engenheiros, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, cujo edital do certame foi publicado com previsão de abertura da sessão para as 10h do dia 18/06/2026.
2. O instrumento convocatório dispõe que
 - 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
 - 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
3. O inciso [LX do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021^{\[1\]}](#) apresenta o conceito de agente de contratação destacando que é parte de suas atribuições **executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação**.
4. O [art. 14 do Decreto nº 11.246/2022^{\[2\]}](#) e o [art. 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022^{\[3\]}](#) trazem o rol de atuação do agente de contratação, destacando-se a condução e coordenação da sessão pública da licitação, incluindo receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e **requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos**, caso necessário.
5. Considerando o teor do pedido de Impugnação 2 (SEI nº 53527992) e da manifesta incipiência deste pregoeiro quanto aos aspectos técnicos, requisitei subsídios formais aos responsáveis da área técnica pela elaboração do Edital e seus Anexos para encaminhar a resposta solicitada pelo interessado (SEI nº 53530556).
6. Em resposta, a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) manifestou-se nos seguintes termos, conforme se verifica no Despacho 483 - (SEI nº 53575355):

Despacho 483 - resposta à impugnação 2 - (SEI nº 53527992)

Em atenção ao Despacho nº 325 (53530556) e ao Pedido de Impugnação nº 2 (53527992), apresentam-se, a seguir, as manifestações desta unidade acerca dos questionamentos formulados pela interessada.

Inicialmente, quanto aos questionamentos relacionados ao cargo de Engenheiro, esclarece-se que o piso salarial adotado para os referidos postos teve como referência a Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Engenheiros do Distrito Federal – SENGED/DF (52370529), a qual estabelece:

"PISO SALARIAL

Ficam estabelecidos os seguintes pisos salariais:

O Piso Salarial para os Engenheiros com mais de 02 (dois) anos da data de concessão da habilitação profissional é de **R\$ 11.202,84 (onze mil, duzentos e dois reais e oitenta e quatro centavos)** para uma jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho."

No que se refere à jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais prevista no edital, cumpre esclarecer que sua adoção decorre da regulamentação aplicável aos contratos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra. Nesse sentido, a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 148, de 13 de abril de 2026, ampliou o rol de serviços contemplados pela redução da jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) para 40 (quarenta) horas, passando a abranger também os postos de Engenheiro objeto da presente contratação.

Dessa forma, o piso salarial adotado encontra respaldo na Convenção Coletiva da categoria profissional, enquanto a jornada de trabalho prevista no edital observa a regulamentação vigente aplicável aos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra. Assim, não se verifica qualquer inconsistência nos parâmetros utilizados para a composição dos custos da contratação, razão pela qual não há fundamento para alteração dos valores e critérios adotados no instrumento convocatório.

Quanto ao item 3 do Pedido de Impugnação nº 2, referente às disposições constantes dos itens 4.11 e 4.11.1 do Termo de Referência, esclarece-se que a redação adotada por esta Administração foi integralmente extraída do modelo de Termo de Referência para contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra disponibilizado pela Advocacia-Geral da União – AGU.

Ressalta-se que a manutenção da referida cláusula decorre de orientação expressa constante do próprio modelo da AGU, a qual possui fundamento no art. 121, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, bem como no entendimento firmado no Parecer nº 00036/2024/DECOR/CGU/AGU (NUP: 18220.101646/2022-06), aprovado pelo Despacho do Advogado-Geral da União nº 332, de 13 de agosto de 2024.

Conforme consignado nas notas explicativas que acompanham o modelo, a AGU concluiu que não se mostra compatível com a Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017 a inclusão, em contratos de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, de cláusula de seguro-garantia que condicione o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias ao trânsito em julgado de ação de responsabilização. O referido parecer consignou, ainda, que a apólice de seguro-garantia que contenha tal previsão é passível de rejeição pela Administração, observados os critérios de conveniência e oportunidade.

As mesmas notas explicativas registram que os fundamentos adotados no Parecer nº 00036/2024/DECOR/CGU/AGU podem ser aplicados, por analogia, à modalidade de fiança bancária, quando houver cláusula que condicione o pagamento de verbas trabalhistas ao trânsito em julgado de ação de responsabilização.

Nesse contexto, verifica-se que as disposições questionadas não constituem exigência criada discricionariamente por esta Administração, mas reproduzem orientação jurídica expressa da Advocacia-Geral da União, elaborada especificamente para contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, em observância à legislação vigente e aos entendimentos jurídicos consolidados no âmbito da Administração Pública Federal.

Dessa forma, considerando que os itens impugnados foram elaborados em estrita observância ao modelo padronizado da AGU e aos fundamentos jurídicos que o embasam, não se identificam elementos que justifiquem a alteração ou exclusão das cláusulas questionadas.

Diante dos esclarecimentos apresentados, esta equipe de planejamento entende que os argumentos constantes do Pedido de Impugnação nº 2 não demonstram qualquer irregularidade ou inconsistência nas disposições do edital e de seus anexos. Verifica-se que os parâmetros adotados para a composição dos custos da contratação, bem como as cláusulas relativas à garantia contratual, encontram respaldo na legislação vigente, nos normativos aplicáveis e nas orientações jurídicas constantes dos modelos padronizados da Advocacia-Geral da União. **Dessa forma, esta equipe manifesta-se pelo não acolhimento do Pedido de Impugnação nº 2,**

por não identificar fundamentos que justifiquem a alteração das disposições constantes do instrumento convocatório.

7. Em face do exposto e considerando que a EPC possui a *expertise* do objeto da pretensa contratação, **ACOLHO** a manifestação da EPC contida no **Despacho 483 (SEI nº 53575355)** e, no mérito, **INDEFIRO** o pedido de Impugnação 2 (SEI nº 53527992).

EDSON MARQUES FILHO

Agente de Contratação/Pregoeiro

Portaria SPOA/MAPA nº 1.070/2026

[1] LX - agente de contratação: pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

[2] Art. 14. Caberá ao agente de contratação, em especial:

[...]

III - conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações:

a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário;

[3] Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.

§ 1º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.



Documento assinado eletronicamente por **EDSON MARQUES FILHO, Pregoeiro(a)**, em 17/06/2026, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **53598027** e o código CRC **3DB4504F**.

Referência: Processo nº 21000.074428/2025-25

SEI nº 53598027